

Relatório Anual 2019

Cooperativa de Crédito Sicredi Recife - Sicredi Recife

Diretoria Executiva de Administração
Superintendência Contábil e Fiscal



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Associados da
Cooperativa de Crédito Sicredi Recife - Sicredi Recife
Recife/PE

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito Sicredi Recife - Sicredi Recife (“Cooperativa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019, e as respectivas demonstrações de sobras, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira Cooperativa de Crédito Sicredi Recife - Sicredi Recife em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 02 de março de 2020

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/O-6



Américo F. Ferreira Neto
Contador CRC-1SP192685/O-9

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos. Em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito Sicredi Recife - Sicredi Recife, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito Sicredi Recife - Sicredi Recife
CNPJ/MF nº 70.241.658/0001-70

ATIVO	31/12/2019	31/12/2018	PASSIVO	31/12/2019	31/12/2018
CIRCULANTE	233.134	215.387	CIRCULANTE	68.120	67.484
DISPONIBILIDADES (NOTA 04)	478	429	DEPÓSITOS (NOTA 11)	41.368	46.050
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	132.037	122.795	Depósitos à Vista	38.822	41.397
Correspondentes no país	1	-	Depósitos a Prazo	2.546	4.653
Centralização Financeira - Cooperativas (NOTA 04)	132.036	122.795	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	181	76
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 06)	81.212	75.029	Recursos em Trânsito de Terceiros	181	76
Operações de Crédito	83.022	76.840	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO (NOTA 12)	2	-
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(1.810)	(1.811)	Empréstimos País - Outras Instituições	2	-
OUTROS CRÉDITOS	15.667	13.363	OUTRAS OBRIGAÇÕES	26.569	21.358
Rendas a Receber	530	590	Cobrança e Arrecadação de Tributos	26	50
Diversos (NOTA 06 e 07)	15.191	12.801	Sociais e Estatutárias	8.571	6.947
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(54)	(28)	Fiscais e Previdenciárias	939	492
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 08)	3.740	3.771	Diversas (NOTA 13)	17.033	13.869
Outros Valores e Bens	3.475	3.475			
Despesas Antecipadas	265	296			
NÃO CIRCULANTE	254.578	191.504	NÃO CIRCULANTE	335.582	264.948
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	254.578	191.504	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	335.582	264.948
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 05)	1.223	-	DEPÓSITOS (NOTA 11)	332.456	264.948
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	1.223	-	Depósitos a Prazo	332.456	264.948
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 06)	239.353	180.780	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO (NOTA 12)	3.126	-
Operações de Crédito	242.434	183.318	Empréstimos País - Outras Instituições	3.126	-
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(3.081)	(2.538)			
OUTROS CRÉDITOS (NOTA 06 e 07)	1	-			
Diversos	1	-			
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 08)	-	1			
Despesas Antecipadas	-	1			
INVESTIMENTOS (NOTA 09)	9.631	8.872	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	84.010	74.459
Outros Investimentos	9.631	8.872	CAPITAL SOCIAL (NOTA 15)	66.710	63.598
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 10)	4.363	1.840	De Domiciliados no País	84.652	81.494
Outras Imobilizações de Uso	8.972	5.877	(Capital a Realizar)	(17.942)	(17.896)
(Depreciação acumulada)	(4.609)	(4.037)	RESERVAS DE SOBRAS	7.579	5.512
INTANGÍVEL (NOTA 10)	7	11	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	9.721	5.349
Outros Ativos Intangíveis	829	829			
(Amortização acumulada)	(822)	(818)			
TOTAL DO ATIVO	487.712	406.891	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	487.712	406.891

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito Sicredi Recife - Sicredi Recife
CNPJ/MF nº 70.241.658/0001-70

Descrição das contas	01/07/2019 a 31/12/2019 (Não auditado)			01/01/2019 a 31/12/2019			01/01/2018 a 31/12/2018		
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	27.141	-	27.141	51.756	3	51.759	47.024	1	47.025
Operações de Crédito	27.141	-	27.141	51.755	3	51.758	47.024	1	47.025
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	1	-	1	-	-	-
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(9.804)	(8)	(9.812)	(18.414)	(12)	(18.426)	(29.334)	(2)	(29.336)
Operações de Captação no Mercado	(8.636)	(8)	(8.644)	(17.254)	(12)	(17.266)	(15.348)	(2)	(15.350)
Operações de Empréstimos e Repasses	(2)	-	(2)	(2)	-	(2)	-	-	-
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(1.166)	-	(1.166)	(1.158)	-	(1.158)	(13.986)	-	(13.986)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	17.337	(8)	17.329	33.342	(9)	33.333	17.690	(1)	17.689
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(8.728)	(267)	(8.995)	(17.245)	(72)	(17.317)	(11.848)	128	(11.720)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	296	879	1.175	562	1.585	2.147	446	1.046	1.492
Rendas de Tarifas Bancárias	805	-	805	1.646	-	1.646	2.010	-	2.010
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(7.489)	(207)	(7.696)	(14.079)	(330)	(14.409)	(12.116)	(190)	(12.306)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 18)	(4.844)	(749)	(5.593)	(9.746)	(881)	(10.627)	(8.644)	(462)	(9.106)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(38)	(37)	(75)	(67)	(101)	(168)	(324)	(57)	(381)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	-	-	-	-	-	-	-	1	1
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 19)	4.663	39	4.702	9.670	46	9.716	12.868	24	12.892
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 20)	(2.121)	(192)	(2.313)	(5.231)	(391)	(5.622)	(6.088)	(234)	(6.322)
RESULTADO OPERACIONAL	8.609	(275)	8.334	16.097	(81)	16.016	5.842	127	5.969
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	1	-	1	3	-	3	(5)	1	(4)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	8.610	(275)	8.335	16.100	(81)	16.019	5.837	128	5.965
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	-	-	-	-	-	-	(44)	(44)
Provisão para Imposto de Renda	-	-	-	-	-	-	-	(23)	(23)
Provisão para Contribuição Social	-	-	-	-	-	-	-	(21)	(21)
PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS	(300)	-	(300)	(600)	-	(600)	(492)	(8)	(500)
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	8.310	(275)	8.035	15.500	(81)	15.419	5.345	76	5.421
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	(81)	81	-	76	(76)	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	8.310	(275)	8.035	15.419	-	15.419	5.421	-	5.421
DESTINAÇÕES	-	-	-	(5.698)	-	(5.698)	(3.677)	-	(3.677)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(3.982)	-	(3.982)	(3.369)	-	(3.369)
Fates - Estatutário	-	-	-	(572)	-	(572)	(103)	-	(103)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(1.144)	-	(1.144)	(205)	-	(205)
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	9.721	-	9.721	1.744	-	1.744

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito Sicredi Recife - Sicredi Recife
CNPJ/MF nº 70.241.658/0001-70

	Capital Social	Reserva Legal	Outras Reservas	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2018	65.959	5.307	-	10.259	81.525
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	(645)	(645)
Reversão de reservas - Resultados Anteriores	-	-	-	(6.009)	-
Distribuição de sobras para associados	6.009	-	-	(6.009)	-
Capital de associados	-	-	-	-	-
Aumento de capital	15.739	-	-	-	15.739
Baixas de capital	(24.109)	-	-	-	(24.109)
Resultado do período	-	-	-	5.421	5.421
Destinações	-	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	(103)	(103)
Reserva Legal - Estatutária	-	205	-	(205)	-
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(3.369)	(3.369)
Saldos no fim do período em 31/12/2018	63.598	5.512	-	5.349	74.459
Mutações do Período	(2.361)	205	-	(4.910)	(7.066)
Saldos no início do período em 01/01/2019	63.598	5.512	-	5.349	74.459
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	4.525	-	-	(5.328)	(803)
Outras destinações	-	-	-	(21)	(21)
Distribuição de sobras Central	-	-	923	-	923
Capital de associados	-	-	-	-	-
Aumento de capital	3.695	-	-	-	3.695
Baixas de capital	(7.875)	-	-	-	(7.875)
Resultado do período	-	-	-	15.419	15.419
Destinações	-	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	(572)	(572)
Reserva Legal - Estatutária	-	1.144	-	(1.144)	-
Juros sobre o Capital Próprio	2.767	-	-	(3.982)	(1.215)
Saldos no fim do período em 31/12/2019	66.710	6.656	923	9.721	84.010
Mutações do Período	3.112	1.144	923	4.372	9.551
Saldos no início do período em 01/07/2019	67.298	5.512	-	7.384	80.194
Distribuição de sobras Central	-	-	923	-	923
Capital de associados	-	-	-	-	-
Aumento de capital	1.715	-	-	-	1.715
Baixas de capital	(2.303)	-	-	-	(2.303)
Resultado do período	-	-	-	8.035	8.035
Destinações	-	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	(572)	(572)
Reserva Legal - Estatutária	-	1.144	-	(1.144)	-
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(3.982)	(3.982)
Saldos no fim do período em 31/12/2019	66.710	6.656	923	9.721	84.010
Mutações do Período	(588)	1.144	923	2.337	3.816

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito Sicredi Recife - Sicredi Recife
CNPJ/MF nº 70.241.658/0001-70

	01/07/2019 a 31/12/2019	01/01/2019 a 31/12/2019	01/01/2018 a 31/12/2018
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	8.323	17.435	7.184
Resultado do semestre/exercício	8.035	15.419	5.421
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	288	2.016	1.763
(Reversão) Provisão para operações de crédito	493	542	(167)
Provisão para desvalorização de outros créditos	27	26	13
Depreciação do imobilizado de uso	274	570	551
Amortização do intangível	1	4	4
Baixas do ativo permanente	18	58	56
(Reversão) Provisão para passivos contingentes	53	1.383	(1.411)
Resultado da equivalência patrimonial e incremento	-	-	(1)
Destinações ao FATES	(572)	(572)	(103)
Dividendos SicrediPar	(6)	5	(1)
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	(15.038)	1.061	(65.094)
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(1.224)	(1.223)	-
Redução em relações interfinanceiras ativas	528	-	-
(Aumento) em relações com correspondentes	-	(1)	-
(Aumento) em operações de crédito	(37.297)	(65.298)	(85.941)
(Redução) em relações interfinanceiras passivas	(1.656)	-	-
(Aumento) em outros créditos	(2.064)	(2.337)	(2.901)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	(44)	32	(3.542)
Aumento em depósitos	14.906	62.826	24.706
Aumento (Redução) em relações interdependências passivas	105	106	(146)
Aumento em obrigações por empréstimos e repasses	3.128	3.128	-
Absorção de dispêndios pelo FATES	-	(261)	(1.245)
Aumento em outras obrigações	8.580	4.089	3.975
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(6.715)	18.496	(57.910)
Aquisição de Investimentos	8	(759)	(936)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(2.233)	(3.151)	(431)
Aplicações no Intangível	26	-	-
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(2.199)	(3.910)	(1.367)
Integralização de capital	1.715	3.695	15.739
Baixa de capital	(2.303)	(7.875)	(24.109)
Juros ao capital próprio	(3.982)	(1.215)	(3.369)
Distribuição de Sobras	-	(824)	(645)
Distribuição de Sobras Central	923	923	-
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(3.647)	(5.296)	(12.384)
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(12.561)	9.290	(71.661)
Caixa e equivalente de caixa no início do período	145.075	123.224	194.885
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	132.514	132.514	123.224

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito Sicredi Recife - Sicredi Recife ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito do Norte/Nordeste - Central Sicredi Norte/Nordeste e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 29/12/1993 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2019, está organizado por 110 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.861 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25 e 27), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 03 de março de 2020.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

e) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização (“accrual”) das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

f) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

g) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

h) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

i) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota “Imobilizado de Uso e Intangível”, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

j) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota “Imobilizado de Uso e Intangível”.

k) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

l) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

m) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

n) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL, limitados a 30% do lucro tributável.

o) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes e, também, das obrigações legais, são aplicadas de acordo com os critérios definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

p) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2019	2018
Disponibilidades	478	429
Caixa	476	420
Depósitos bancários	2	9
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	132.036	122.795
Total	132.514	123.224

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2019 equivale a 99% do CDI (2018 - 100%).

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2019	2018
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	1.223	-
DI entre Banco e Cooperativas	1.223	-
Total não circulante	1.223	-

NOTA 06 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2019			2018
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	80.552	240.091	320.643	252.700
Financiamentos	2.470	2.343	4.813	7.458
Carteira total	83.022	242.434	325.456	260.158

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2019			2018
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Títulos e créditos a receber (i)	3.865	1	3.866	1.093
Total	3.865	1	3.866	1.093

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito e Outros Créditos	
		2019	2018	2019	2018
Nível AA	-	59	-	-	-
Nível A	0,50	287.547	209.273	1.438	1.046
Nível B	1,00	22.746	22.409	227	224
Nível C	3,00	6.907	11.038	207	331
Nível D	10,00	9.109	16.471	911	1.647
Nível E	30,00	582	662	175	199
Nível F	50,00	545	794	273	397
Nível G	70,00	376	235	263	164
Nível H	100,00	1.451	369	1.451	369
Total		329.322	261.251	4.945	4.377

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	2019					2018
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer			Total da Carteira	Total da Carteira
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	617	20.383	47.157	223.722	291.879	206.199
Comércio	1	254	562	2.164	2.981	3.849
Outros Serviços	66	4.887	12.960	16.548	34.461	51.203
Total	684	25.524	60.679	242.434	329.321	261.251

d) Concentração das operações de crédito

	2019	%	2018	%
10 maiores devedores	29.980	9,10	42.366	16,22
50 devedores seguintes	17.198	5,22	20.135	7,71
100 devedores seguintes	21.163	6,43	20.043	7,67
Demais	260.981	79,25	178.707	68,40
Total	329.322	100	261.251	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2019	2018
Saldo inicial	4.377	4.531
Constituição de provisão	1.158	13.986
Movimentação de baixados para prejuízo	(590)	(14.140)
Saldo final	4.945	4.377

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 326 (2018 - R\$ 929), foram registradas como "Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira".

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 10.422 (2018 - R\$ 10.304).

NOTA 07 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2019	2018
Adiantamentos e antecipações salariais	18	68
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	73	27
Adiantamentos por conta de imobilizações	-	503
Devedores por depósitos em garantia	10.915	9.448
Impostos e contribuições a compensar	1	6
Títulos e créditos a receber (ii)	3.865	1.093
Operações com cartões	52	71
Pendências a regularizar	2	264
Outros	265	1.321
Total Circulante	15.191	12.801
Títulos e créditos a receber (ii)	1	-
Total não circulante	1	-

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

(ii) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

NOTA 08 – OUTROS VALORES E BENS

	2019	2018
Bens não de uso próprio	3.449	3.449
Imóveis	3.449	3.449
Material em estoque	26	26
Despesas antecipadas	265	296
Total Circulante	3.740	3.771
Despesas antecipadas	-	1
Total não circulante	-	1

NOTA 09 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2019	2018
Cooperativa Central Sicredi Norte/Nordeste	8.699	8.184
Sicredi Participações S.A.	929	685
Outras Participações e Investimentos	3	3
Sicredi Fundos Garantidores	1	1
Outras Ações e Cotas	-	2
Outros Investimentos	2	-
Total	9.631	8.872

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Número de ações/quotas possuídas	284.382 ON	220.104 ON	1	1	8.699.435	8.184.062
	644.568 PN	465.201 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	0,09%	0,08%	0,62%	0,62%	5,38%	5,55%
Capital social	969.491	880.597	164	164	155.922	147.417
Patrimônio líquido	989.638	906.341	312.950	252.691	161.687	156.293
Lucro líquido do exercício	6.514	14.956	60.259	12.122	1.618	708
Valor do investimento	929	685	1	1	8.699	8.184

NOTA 10 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2019			2018
		Custo corrigido	Depreciação/ Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	8.972	(4.609)	4.363	1.840
Imobilizações em curso	-	2.061	-	2.061	22
Instalações	10%	3.578	(2.925)	653	754
Móveis e equipamentos de uso	10%	1.842	(780)	1.062	595
Sistema de comunicação	10%	243	(124)	119	135
Sistema de processamento de dados	20%	906	(638)	268	281
Sistema de segurança	10%	162	(121)	41	53
Sistema de transporte	20%	180	(21)	159	-
Intangível (i)		829	(822)	7	11
Outros ativos intangíveis		829	(822)	7	11
Total		9.801	(5.431)	4.370	1.851

NOTA 11 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2019				2018
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	38.822	-	-	38.822	41.397
Depósitos a prazo	2.507	39	332.456	335.002	269.601
Total	41.329	39	332.456	373.824	310.998

NOTA 12 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

	2019	2018
Empréstimos no País - outras instituições	2	-
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	2	-
Total circulante	2	-
Empréstimos no País - outras instituições	3.126	-
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	3.126	-
Total não circulante	3.126	-

As obrigações por empréstimos operam com uma taxa de CDI + 0,85% com vencimento em 15/10/2026.

NOTA 13 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2019	2018
Cheques administrativos	450	-
Provisão para pagamentos a efetuar	973	848
Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas (Nota 14)	11.050	9.667
Provisão para garantias financeiras prestadas (i)	17	17
Pendências a regularizar	7	53
Operações com cartões	3.929	1.410
Demais fornecedores	87	42
Credores diversos	520	1.832
Total circulante	17.033	13.869

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

NOTA 14 – PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS

A Cooperativa possui provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2019	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2019
Trabalhista	435	83	(17)	501
Cível	27	55	(46)	36
Tributária	9.205	1.308	-	10.513
Total	9.667	1.446	(63)	11.050

Natureza	Probabilidade de perda	2019	2018
Trabalhista	Provável	501	435
Cível	Provável	36	27
Tributária	Provável	10.513	9.205
Total		11.050	9.667

Em 31 de dezembro de 2019, a Cooperativa possuía também processos de natureza Trabalhista e Cível, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 403 e R\$ 24 (2018 - R\$ 0 e R\$ 0), respectivamente.

NOTA 15 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2019	2018
Capital Social	66.710	63.598
Total de associados	13.768	11.312

Em 31 de dezembro de 2019, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 3.112 (2018 – redução de R\$ 2.361), sendo R\$ 7.292 (2018 – R\$ 6.009) via integralização de resultados e R\$ 3.695 (2018 – R\$ 15.739), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 7.875 (2018 – R\$ 24.109).

b) Juros ao Capital

A Cooperativa provisionou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 5,94% em Conta Capital, no montante de R\$ 3.982, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC.

c) Destinações

A Cooperativa destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 10% foram para a Reserva Legal e 5% para o FATES.

NOTA 16 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2019	2018
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	15.419	5.465
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(4.626)	(2.295)
Exclusões / (Adições):		
Provisão resgate de milhas cartão	1	-
Brindes e Doações	(1)	-
Receita com atos cooperativos	4.508	830
Juros sobre capital próprio	1.195	1.415
Lucros e dividendos	2	-
Outros	(1.079)	6
Subtotal	4.626	2.251
IRPJ e CSLL registrados no resultado	-	(44)

NOTA 17 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2019	2018
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	1.223	-
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	132.036	122.795
Outros Créditos - Rendas a receber	11	19
Investimentos (Nota 09)	9.629	8.870
Passivo		
Obrigações por empréstimos (Nota 12)	3.128	-
Outras Obrigações - Diversas (Nota 13)	3.858	1.260
Receitas		
Ingressos e receitas de Prestação de Serviços	59	58
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 19)	7.626	8.929
Despesas		
Operações de Empréstimos e Repasses	2	-
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 18)	93	11
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 20)	2.368	1.373

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2019	% em relação ao total	2018
Depósitos à vista	641	1,65%	374
Depósitos a prazo	10.255	3,06%	9.018
Operações de crédito	443	0,14%	494

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão incluídos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2019	2018
Pessoas chave da administração	3.158	3.047

NOTA 18 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2019	2018
Despesa de água, energia e gás	227	188
Despesa de aluguéis	1.629	1.359
Despesa de comunicação	320	342
Despesa de manutenção e conservação	279	256
Despesa de material	174	122
Despesa processamento dados	667	626
Despesa de promoções e relações públicas	262	194
Despesa de propaganda e publicidade	924	60
Despesa de seguro	142	398
Despesa de serviços do sistema financeiro	1.761	610
Despesa de serviços de terceiros	306	265
Despesa de serviços de vigilância e segurança	779	678
Despesa de serviços de técnicos especializados	999	939
Despesa de serviços de transportes	318	238
Despesa de viagem	108	17
Despesa de depreciação e amortização	574	552
Dispêndios assistência técnica, social e educacional	347	1.232
Outras despesas administrativas	811	1.030
Total	10.627	9.106

NOTA 19 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2019	2018
Recuperação de encargos e despesas	256	557
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	7.619	8.917
Reversão de provisões operacionais	881	807
Outras rendas operacionais	960	2.611
Total	9.716	12.892

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 20 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2019	2018
Descontos concedidos em renegociação e crédito	1.477	2.355
Contribuições Cooperativistas	119	129
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	151	86
Contribuição Confederação Sicredi	1.087	7
Cooperativa Central Sicredi Norte/Nordeste	882	1.266
Despesa com Projeto Totalcoop	-	693
Encargos da administração financeira	40	4
Repasse administradora de Cartões	55	-
Outras despesas de Cartões	189	473
Outras provisões operacionais	539	108
Outras despesas operacionais	1.083	1.201
Total	5.622	6.322

NOTA 21 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2019	2018
Beneficiários de garantias prestadas (i)	3.365	3.365
Total	3.365	3.365

(i) Nas garantias prestadas estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 22 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se a Estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, de Mercado, de Liquidez, e o de Crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A gestão do risco operacional é realizada de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações, que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São essas:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios.

III - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

IV - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreamento e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez fixado na RAS;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

VI - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos e capital pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós \ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos"

NOTA 23 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	2019	2018
Patrimônio de Referência (PR)	83.074	73.763
Nível I (NI)	83.074	73.763
Capital principal - CP	83.074	73.763
Capital social	66.710	63.598
Reservas de capital	7.579	5.512
Lucros acumulados	9.721	5.349
Ajustes Prudenciais	(936)	(696)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	327.672	283.129
Margem de Capital (i)	43.568	39.788
Índice de Basileia (PR / RWA)	25,35%	26,05%
Situação de Imobilização (Imob)	4.363	1.842
Índice de Imobilização (Imob / PR)	5,25%	2,50%

(i) Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 24 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2019, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não são examinadas pelos nossos auditores independentes.

Wilberto Gomes de Sousa
Diretor Executivo
CPF: 070.059.384-53

Emilton de Melo Alves / Jairo Moura Prazeres
Diretor Administrativo / Diretor Financeiro
224.897.384-53 / 018.722.144-87

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20